

Primeiramente, informa-se que a fim de melhor ilustrar os indicadores de desempenho da CGETNO, apresentamos o presente [Painel](#) que contém dados sistematizados da política pública ora comentada.

INSTRUMENTOS DE EXECUÇÃO

O Planos Anual de Trabalho é o meio, por excelência, pelo qual as Coordenações Regionais demandam recursos à CGETNO, sendo o principal instrumento de execução da política de etnodesenvolvimento. Os PATs podem ser apresentados em mais de um formato, de acordo com a natureza da atividade desempenhada (se ações, projetos, iniciativas), dentro de um mesmo exercício financeiro, desde que atenda os requisitos mínimos para qualificar as demandas apresentadas pelas Coordenações Regionais, dentre os quais se destacam: objetivo, objeto, justificativa, metodologia, orçamento (com memória de Diretoria de Administração e Gestão Coordenação- Geral de Gestão Estratégica cálculo), número de famílias indígenas, Terras Indígenas e etnias a serem contempladas e resultados esperados. Além dos PATs provenientes das Coordenações Regionais, há também o Plano Anual de Trabalho para as Frentes de Proteção Ambiental que é mediado via a Coordenação-Geral de Índios Isolados e de Recente Contato (CGIIRC). Os PATs possuem processos específicos, os quais contém toda a documentação trocada entre a CGETNO e as unidades descentralizadas da Funai, que vão desde o encaminhamento dos planos de trabalho, despachos, ofícios, SPOS, Notas de Crédito e demais informações referentes à descentralização e execução dos recursos solicitados. Durante o exercício de 2020 a CGETNO apoiou por meio deste instrumento **392** projetos/atividades, sendo **121** no primeiro trimestre, **159** no segundo, **59** no terceiro e **50** no quarto trimestre. O fato de a maioria dos PAT - mais de **70%** - terem sido apresentados no início do ano se deve à dinâmica de trabalho desta Coordenação- Geral e da Lei Orçamentária Anual -LOA. Com a apresentação dos PATs no início do exercício financeiro, as unidades regionais têm maior possibilidade de cumprir tempestivamente às exigências do ordenamento jurídico pátrio inerente ao processo licitatório de aquisição de bens e serviços.

Outro instrumento a ser destacado é o Acordos de Cooperação Técnica. Dois Acordos de Cooperação Técnica, bastante significativos, foram assinados neste exercício. O primeiro, junto à Embrapa, tem o objetivo de realizar ações conjuntas voltadas para a implementação da PNGATI e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU; os Planos de Trabalho assinados já prevêem ações em Terras Indígenas nos Estados de Acre,

Roraima, Mato Grosso, Tocantins, Bahia, Alagoas, Sergipe e Pernambuco, mas ele pode recepcionar mais Planos de Trabalho em todo o território nacional. O outro ACT foi firmado junto ao Ibama para implementar ações conjuntas de monitoramento, conservação, recuperação e uso sustentável de recursos naturais em Terras Indígenas; o documento prevê, por exemplo, a criação de um protocolo de monitoramento da biodiversidade e ainda propor ainda normas, padrões, metodologias e programas de recuperação de áreas degradadas e alteradas em Terras Indígenas, bem como orientar tecnicamente acerca da construção de modelos de reparação e valoração do dano ambiental para a sociobiodiversidade e vegetação nativa. Se, por um lado, potencializaremos em 2021 a adoção de novas tecnologias para incremento à produção, isso será realizado observando a sustentabilidade dos recursos naturais para garantir sempre a manutenção dos estoques de caça, pesca e a conservação da vegetação nativa. No campo da cooperação internacional, tem-se utilizado três modalidades: cooperação técnica (há em andamento projetos junto à GIZ da Alemanha e à USAID dos Estados Unidos para implementação da PNGATI), cooperação financeira (há em andamento um projeto junto ao KfW da Alemanha) e cooperação técnica junto a organismos internacionais (há outro projeto em execução junto ao Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas – PNUD). A maioria deles passou somente por preparação de peças prévias, devido à pandemia, mas pode-se dizer que houve avanços muito significativos na fase de planejamento, de sorte a começar entrega de resultados já no primeiro semestre de 2021.

INDICADORES e SISTEMA DE MONITORAMENTO

Um dos indicadores utilizados pela CGETNO, o qual foi base para a construção do último PPA (2015-2019) é o **Número de famílias atendidas**. Durante o exercício financeiro de 2020 contabilizamos o atendimento de **112.000** famílias atendidas. Sua fórmula de cálculo é: nº de família atendidas por projeto. Este número é aferido quando da apresentação dos Planos Anuais de Trabalho - PAT. Por meio desse instrumento as unidades descentralizadas estimam o número de famílias a serem atendidas por cada projeto apoiado pela CGETNO.

Outro indicador relacionado à política de etnodesenvolvimento é o **percentual de Terras Indígenas atendidas** com projetos de etnodesenvolvimento. Até o mês de outubro foram computadas **282** Terras Indígenas ou seja **37%** de todas as Terras Indígenas haja vista que há 744 Terras Indígenas (Informação retirada do Sistema de Terras Indígenas). Sendo 24 no primeiro trimestre, 159 no segundo, 40 no terceiro e 59 no quarto.

Nome do Indicador: Número de famílias atendidas				Meta 40.000			Resultado 112.000		
Fórmula de Cálculo	Polaridade	onte da coleta	Anual	2019	2020	2021	2019	2020	2021
Σ= Número de famílias indígenas atendidas	Positiva	SEI/Funai	Anual	40.000	40.000			112.000	
Data da última coleta	27/01/2021								

Nome do Indicador: Número de famílias atendidas				Meta: 40%			Resultado: 37%		
Fórmula de Cálculo	Polaridade	Fonte da coleta	Anual	2019	2020	2021	2019	2020	2021
$\Sigma = \frac{\text{Terras indígenas atendidas}}{\text{Total de Terras Indígenas}} * 100$	Positiva	SEI/Funai	Trimestral	N/A	40%		N/A	27%	
Data da Última Coleta	27/01/2021								

RISCOS

Na Planilha abaixo, foram cortados os riscos cuja governabilidade é alheia à CGETNO e, apesar de não preenchermos a planilha de artefatos de controle implementados, informo que a estaremos coadunando essa resposta junto ao processo de auditoria de processos que pela qual a CGETNO está já passando durante este exercício. De antemão, é importante ressaltar que: 1) para o risco de “Fontes de financiamento limitadas”, estamos avançando na organização de cooperações técnicas e financeiras internacionais; 2) para o risco “Instrumentos insuficientes”, estamos avançando na contratação da solução de BI; 3) para “Problemas logísticos e administrativos”, foi possível instruir ao menos um processo junto à CGRL para criar instrumentos e pareceres referenciais para todas as unidades regionais, no que diz respeito aos processos de compra e doação simultânea de alimentos; e 4) quanto à “apropriação indevida dos conceitos”, estamos planejando uma série de processos de capacitação mas que, devido ao contexto da pandemia, estão todos refreados, aguardando momento propício de realização.

Tipo de Risco (1) Operacional (2)Imagem/reputação do órgão (3) Legais (4)Financeiros /o rçamentários (5) Integridade	Tipo de Risco (1) Operacional (2)Imagem/reputação do órgão (3) Legais (4)Financeiros/o rçamentários (5) Integridade	Gravidade e (impacto potencial)	Tendência (probabilidade de ocorrer)	Plano de Contingência	Resposta ao Risco: (1) Aceitar o risco (2) Reduzir o risco (3) Transferir o risco (4) Evitar o risco
1	Problemas (logísticos/operacionais/administrativos) relativos à execução finalística das ações de desenvolvimento, por parte	Alto	Médio	Aprimorar mecanismos de gestão. Aprimorar a comunicação com as Unidades Regionais. Concentrar/Unificar os processos 2	2, 3 e 4

				2 3, 4 e procedimentos de aquisição de materiais, de equipamentos e de pagamento de serviços	
1, 2	Apropriação indevida dos conceitos de etnodesenvolvimento	Alto	Médio	Promover espaços de discussão e de implementação	4
1, 4	Fontes de financiamento dispersas e limitadas por recortes macrorregionais com tempos, instrumentos e procedimentos próprios/diversos	Médio	Alto	Realizar capacitações técnicas para identificação de fontes de financiamento e para manejá-las. Normatizar mecanismos de crédito específicos para povos indígenas	2 e 4
1	Insuficientes mecanismos, instrumentos e rotinas de coleta, tratamento e análise de dados produzidos	Médio	Médio	Implanta rotinas práticas, procedimentos e instrumentos de coleta, tratamento e avaliação de dados e informações pertinentes. Identificar e compatibilizar fontes de dados já existentes (CADÚNICO, Censos do IBGE, Sistema DAP, etc)	2 e 4

PROJETOS ESTRATÉGICOS

Projeto estratégico é aquele projeto que, em razão de suas características (temática, localização, público, abrangência, etc.) é considerado chave para consecução dos objetivos da CGETNO (valorizar uma temática, atender a

um público específico, empregar tecnologias/metodologias alternativas e/ou inovadoras, etc).

Um dos projetos estratégicos para a CGETNO é a implantação de sistema de monitoramento aplicando a técnica de Business Intelligence -BI. BI são soluções tecnológicas que por meio do cruzamento de informações e a realização de operações de Online Analytical Processing -OLAP (Drill-on, slice, pivot e outras) subsidiam a equipe gerencial e técnica a tomar decisões. Tecnicamente consiste na criação de um data warehouse (tabelas fato e tabelas dimensões)onde existem dados produzidos por organizações diversas. Com o fenômeno do Big Data, as organizações privadas e públicas vem se apropriando dessas técnicas (modelagem de dados em formato estrela -Ralph Kimball e algoritmos de mineração de dados) e dessas tecnologias (softwares diversos) para aperfeiçoar suas ações. Em relação à política indigenista essas técnicas e tecnologias são bem apropriadas, já que a Funai não produz todos os dados a ela relacionados, como os referentes à Educação e Saúde. Assim, além de visualizarmos a política indigenista de uma forma mais holística, a implantação desse sistema permitirá a seus gestores fornecer informações de forma mais ágil, já que um dos pressupostos à adoção de um projeto de BI é a estruturação dos dados em forma relacional.

Outro Projeto estratégico para a Coordenação-Geral é o fomento e a divulgação da política pública do PNAE para os povos indígenas. Atualmente apenas cerca de 3 % da população indígena tem acesso a esse programa. Acreditamos que com uma maior divulgação dessa política e de uma melhor definição do papel da FUNAI-CGETNO frente ao cadastro de instituições emissoras de DAP, permitirá uma maior adesão indígena a a esse programa, que além de gerar renda às famílias beneficiadas, poderá ser um catalisador à segurança nutricional desses povos porque sua política já está balizada em critérios nutricionais. Assim, levando em consideração que a CGETNO a partir deste ano elegeu como uma de suas metas o aumento da participação indígena no PNAE, espera-se melhorar o quadro de beneficiário indígenas da PNAE.

e. ANÁLISE DO RESULTADO

Embora o contexto pandêmico vivido pelos povos indígenas tenha lhes causado diversas mazelas e impedido a realização de algumas atividades outrora apoiadas por esta Coordenação -Geral, como o turismo que ora se encontra suspenso em todas as Terras Indígenas, foi possível buscar inovações para avançarmos em outras perspectivas de trabalho. Por meio de Crédito Extraordinário (PI COV) a Funai – CGETNO, em complementação à Ação de Distribuição de Alimentos tradicional, ações de compra realizadas

diretamente dos povos indígenas para doação simultânea são possibilidades ideais para fechar circuitos endógenos de circulação de alimentos e evitar uma maior circulação dos indígenas nas cidades e de estranhos às terras indígenas na distribuição de alimentos. A Funai já fez compras diretas e está estruturando minutas de contrato e projeto básico simplificado para que estados e municípios também possam estruturar ações nesse sentido. Circuitos endógenos dessa natureza contribuem para a garantia da segurança alimentar, aumentam a proteção sanitária das aldeias e, ao mesmo tempo, geram renda para as famílias indígenas. Importante destacar que essas ações não são universalizantes, e que serão detalhadas no nível operacional, no caso a caso. Processos semelhantes à compra e doação de alimentos tem sido experimentados pela Funai para compra e doação de EPIs comunitários, produzidos por empreendimentos dos próprios indígenas, como soluções de proteção sanitária e geração de renda, o que possibilitou o apoio a projetos antes pouco priorizados como os de Corte e Costura - produção de máscaras. Até a data de hoje contabilizamos o apoio a 8 projetos (Araguaia Tocantins, Baixo São Francisco, Dourados, Litoral Sudeste e outras) para confecção de máscaras. Esses projetos atenderam cerca de 1200 famílias, produzindo-se mais de 2700 máscaras. Além disso, também fortaleceu-se a infraestrutura interna da produção de alimentos nas Terras Indígenas com o apoio a diversas iniciativas, seja na agricultura tradicional e mecanizada, extrativismo (manejo de lagos - pirarucu) e pecuária (apicultura). Dessa forma, conseguimos expandir o número de famílias atendidas. Contudo, um outro desafio que se apresenta à CGETNO é de criar metas e indicadores de resultados que possam balizar a qualidade dos projetos. Embora tenhamos avançado em certo sentido quantitativamente, conseguindo apresentar dados concretos como número de famílias atendidas e percentual de terras indígenas atendidas, ainda é necessário percorrer uma longa jornada em busca da construção de referenciais qualitativos. Assim um dos objetivos da CGETNO é dar suporte ao monitoramento dos projetos, apoiando discussões a balizar a construção de parâmetros de qualidade, além de estruturar uma rotina de monitoramento de projetos. Nesse Diretoria de Administração e Gestão Coordenação- Geral de Gestão Estratégica sentido há em curso discussões conceituais a respeito da definição de projetos e gerenciamento de projetos as quais poderão ulteriormente ser institucionalizadas e normatizadas. Essas discussões foram encorajadas pela DPDS que incentivou os servidores a participarem de cursos promovidos pela Enap como o de “Introdução à gestão de Projetos”. Foram, assim, descentralizados quase R\$ 15,0 milhões em projetos de etnodesenvolvimento em 2020, sendo que neste final de exercício, está sendo realizado o empenho de uma série de bens de capital como maquinários agrícolas, casas de farinha, obras e meios de escoamento de produção para os povos indígenas com recursos residuais de bens de capital.

CONCLUSÃO

Uma das grandes dificuldades em prestar contas da CGETNO é que os dados não estão estruturados. Os planos anuais de trabalho são preenchidos no SEI, mas sua forma não é estruturada o que dificulta um processo de automatização e carregamento (ETL) dessas informações em um banco de dados. Há basicamente três modelos para banco de dados: estruturado, semi-estruturado e não estruturado. Os dados estruturados são aqueles organizados por coluna e que cada coluna representa um tipo (data, inteiro, decimal, booleano, texto). Esses dados estruturados quando armazenados em banco de dados relacionais são resgatados por meio de linguagem SQL. Ocorre que na FUNAI há dois problemas estruturantes: para realizar essa modelagem e permitir que esses dados sejam resgatados é necessário um certo conhecimento de banco e estrutura de dados, e poucos servidores o possuem. Muitos confundem o conceito de dados com o conceito de informação poluindo o banco ou a tabela com texto ou construindo estruturas em forma de grandes tabelas com enunciados grandes de texto, que são práticas contrárias a um bom modelo o de dados. Outro é que embora a CGETNO tenha se esmerado principalmente com o projeto de BI em buscar meios de produzir e resgatar essas informações com mais agilidade, ainda é necessário um alinhamento junto à Coordenação Geral de Tecnologia da Informação (CGTIC) da FUNAI, no momento de desenvolver o modelo de negócio junto à consultoria. Isso porque além das questões técnicas apontadas, o processo de armazenamento de dados é sobretudo um processo mecânico (registro dos dados em disco - HD; agora também há a tecnologia de SSD) e deve-se possuir conhecimento da infraestrutura de TI da Funai para ir adiante com este projeto. Posto isso, em relação aos projetos etnodesenvolvimento em geral se percebe um amadurecimento na instituição como um todo, desde as regionais, buscando atender os índios de forma mais qualitativa, entendendo as condições regionais, os contextos sociais e econômicos, desenhando ações condizentes com o papel institucional da Funai, como da própria sede, que

tem se aprofundado tanto conceitualmente, como tem buscado apoiar ações mais eficientes que tragam retornos às comunidades indígenas.